



ANO IV – Nº 1577 - Macaíba - RN, segunda-feira, 04 de novembro de 2024

PODER EXECUTIVO

EDIVALDO EMÍDIO DA SILVA JÚNIOR – Prefeito Municipal

JOSÉ FRANÇA SOARES NETO – Vice-Prefeito

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação do Município de Macaíba/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público que está aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor valor por item, Processo Licitação nº. 054/2024, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM REGISTRO DE PREÇOS. A sessão pública dar-se-á no dia 14/11/2024 às 09h00min, através do endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Id do Processo: 346512. O Edital e seus Anexos estarão disponíveis através dos sites: <https://www.macaiba.rn.gov.br/servicos/licitacoes>, endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Macaíba/RN, 04/11/2024.

José Ricardo Dantas Marinho
Agente de Contratação

DECRETO

DECRETO Nº 2.191/2024

DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS E PRAZOS RELATIVOS AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÍBA no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO as normas de Direito Financeiro da Lei nº 4.320/64;

CONSIDERANDO as normas voltadas para a responsabilidade na Gestão Fiscal, estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

CONSIDERANDO as orientações a respeito do preenchimento da Matriz de Saldos Contábeis-MSC de encerramento de exercício, por intermédio da Nota técnica SEI-Secretaria Especial da Fazenda nº 11577/2020/ME.

CONSIDERANDO a necessidade do município de Macaíba adequar-se às regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN, mais precisamente, por intermédio das Resoluções nº 011 e 12/2016-TCE, que regulamen-

tam os modos de composição, elaboração e organização das contas públicas e dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte e dos seus respectivos Municípios; e

CONSIDERANDO as recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCR/RN, extraídas das Resoluções nº 034/2016 e 18/2020-TCE, que dispõem sobre as providências necessárias à transição de governo no âmbito da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Os Órgãos da Administração Direta, as Secretarias Desconcentradas, Entidades Autárquicas, as Empresas Públicas e, inclusive, os Fundos Especiais, obedecerão, para o encerramento do exercício financeiro de 2024, as disposições de caráter orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial contidas neste Decreto.

Art. 1º - A partir de 29 de outubro de 2024, nos departamentos e órgãos da Prefeitura de Macaíba, somente serão criadas despesas que atendam estritamente a um dos seguintes requisitos:

I - Decorrentes da manutenção e custeio do serviço público, compreendendo despesas necessárias para a continuidade do funcionamento regular das atividades administrativas e operacionais dos órgãos públicos;

II - Serviços essenciais, compreendidos por: a) educação, envolvendo atividades de ensino, formação e suporte educacional direto; b) saúde, incluindo serviços hospitalares, de atenção básica, emergenciais e de promoção da saúde pública; c) segurança pública, abrangendo as atividades de policiamento, fiscalização e proteção dos cidadãos; d) defesa civil, para ações de prevenção e resposta a desastres naturais e situações de calamidade pública; **III** - Despesas que podem ser classificadas como de caráter emergencial, as quais são aquelas imprevisíveis e urgentes que exigem resposta imediata para evitar prejuízos ao bem público ou à população, como catástrofes, epidemias, ou quaisquer outras situações de risco iminente.

Art. 2º As Unidades Orçamentárias da Administração Direta e Indireta utilizarão as disponibilidades das suas dotações orçamentárias devendo realizar seus atos nos seguintes prazos:

Parágrafo único. Os prazos para os atos de que trata este artigo, não se aplicam para as despesas com pessoal e encargos, amortização e juros da dívida pública, convênios e contrapartidas, recursos Fundo a Fundo, FUNDEB, sentenças judiciais, recursos COSIP, outros recursos vinculados, bem como

os recursos diretamente arrecadados pelos órgãos e entidades da administração indireta, até o limite da efetiva cobertura financeira das despesas efetuadas com a respectiva fonte de receita, cuja movimentação financeira poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2024.

I – até 29 de novembro de 2024, data limite para emissão Nota de Empenho;

Parágrafo único – a partir desta data ficam suspensas todas as despesas: compras e realização de novos contratos administrativos, em geral, nos quais o Município figure como contratante que gerem ônus financeiro. Para fins de Registro de Preço, apenas as licitações na modalidade Pregão, que estão em andamento, poderão ter suas Atas de Registro de Preços assinadas após esta data;

II – até 13* de dezembro de 2024, data limite para emissão de Nota de Liquidação;

Parágrafo único – somente os processos formalmente regularizados e com recursos financeiros garantidos e aptos para o registro da liquidação até esta data, serão pagos no exercício de 2024, os demais serão registrados como restos a pagar não processados.

III – até 06 de dezembro de 2024, realizar todas as medições das obras em andamento, aprovadas no mês de dezembro/2024, e processar para pagamento, obedecendo ao prazo de liquidação do inciso II deste artigo,

§1º - caso não ocorra a liberação de pagamento das obras de contrato de repasse e do FNDE, as medições não deverão ser liquidadas;

§2º - As obras com contrato vigente no exercício 2024, deverão continuar sendo executadas pelas construtoras, após pedido de medição instruído neste inciso;

IV – até 27 de dezembro de 2024, realizar as anulações dos saldos não comprometidos dos empenhos por estimativa, cujo adimplemento para liquidação não alcance o valor antes estimado até a data prevista no inciso II deste artigo;

V – até 20* de dezembro de 2024, data limite para enviar processos de despesa para análise e registro na Controladoria Geral do Município;

VI – até 27 de dezembro de 2024, deverão ser encerradas, nas Instituições Financeiras correspondentes, todas as contas bancárias sem movimentação e sem saldo financeiro e/ou inativas por no mínimo dois (02) anos, exceto as contas de convênios e programas ativos.

VII - até 31 de dezembro de 2024, os saldos financeiros das contas bancárias de convênios e de recursos vinculados devidamente conciliados, de cada unidade gestora, deverão ser informados por ofício ao Gabinete do Prefeito, com os respectivos extratos anexados.

Art. 3º As Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social remeterão à Controladoria Geral do Município-CGM até 30 de dezembro de 2024 um relatório circunstanciado sobre as atividades do exercício 2024, indicando, no mínimo: os investimentos em obras públicas, destacando as concluídas das paralisadas ou inacabadas, infraestrutura e dados dos atendimentos às comunidades rurais e a política de remuneração, capacitação dos servidores municipais, com especificações do alcance das metas previstas nos instrumentos de planejamento.

Art. 4º As unidades gestoras da Administração remeterão, até 31 de dezembro de 2024, por ofício com a especificação dos anexos, ao Setor Contábil, os extratos de contas corrente, aplicação financeira e conciliação bancária correspondente, do mês de dezembro de 2024, em cópias originais e em PDF.

Parágrafo único. O setor contábil do Município irá realizar o registro, a conferência e a conciliação de todas as contas bancárias das unidades gestoras do Município até o dia 31 de dezembro de 2024.

Art. 5º A inscrição em Restos a Pagar das despesas do exercício de 2024 dar-se-á conforme os seguintes critérios:

I - a inscrição distinguirá os Restos a Pagar Processados dos Não Processados;

II - os Restos a Pagar Processados e Não Processados de despesas a serem quitadas com recursos não vinculados serão inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício financeiro, obedecida à indicação da fonte ordinária;

III- os “Restos a Pagar Processados” e “Não Processados” referentes a despesas vinculadas, apenas serão inscritos até o limite das disponibilidades de cada fonte dos respectivos recursos, apuradas no encerramento do exercício financeiro;

IV- os gestores deverão remeter ao setor contábil do Município, devidamente assinada pelo ordenador da despesa e demais responsáveis, até 31 de dezembro de 2024, a relação dos empenhos inscritos em Restos a Pagar, contendo: número do processo e do empenho, nome do credor, natureza da despesa, valor e data da realização do empenho e a indicação da fonte de recurso correspondente, tudo conforme modelo 23 da Resolução nº 12/2016-TCE-RN.

V – Em havendo Restos a Pagar Não Processados, o Gestor deverá enviar, por meio de ofício, ao setor contábil, os extratos bancários que comprovem as disponibilidades financeiras necessárias a sua cobertura e/ou justificativa da comprovada provisão dos recursos que normalmente são liberados nos meses seguintes, mas referentes ao período da realização.

Parágrafo único. Os processos das despesas não liquidadas em 2024, até 27 de dezembro de 2024, devem ser cancelados precedido da devida justificativa, excetuando os casos especificados no parágrafo único do artigo 2º deste Decreto.

Art. 6º As unidades gestoras da Administração, até 27 de dezembro de 2024, procederão aos cancelamentos dos saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados, nos exercícios anteriores a 2024, com fundamento no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 7º Para fins de elaboração da Prestação de Contas Anual e visando ao cumprimento do prazo da publicação dos relatórios definidos pela Lei Complementar Federal nº101/2000, os respectivos responsáveis deverão encaminhar a correspondente documentação diretamente à Controladoria Geral

do Município-CGM, conforme disposições deste Decreto:

I – pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Macaíba - MACAÍBAPREV, até 31 de dezembro de 2024:

a) as demonstrações contábeis (balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais e demonstração de fluxos de caixa), na forma dos ditames da Lei Federal nº 4.320/1964, relativas ao exercício de 2024, sem prejuízo dos procedimentos para a remessa das Contas Anuais por seus titulares, nos termos do inciso VIII art. 10, da Resolução nº 012/2016 de 14 de junho de 2016 do Tribunal de Contas do Estado do RN; e

b) Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do exercício de 2024, conforme o Manual aprovado pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018;

II - pela Procuradoria Geral do Município - PGM, até 30 de dezembro de 2024, em obediência ao previsto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (LRF):

a) relatório das ações desempenhadas para recuperação de créditos na instância administrativa e judicial, conforme dispõe o artigo 58 da Lei Complementar nº 101/2000;

b) demonstrativos dos resultados alcançados pelas medidas adotadas, na sua área de competência, no que tange o artigo 13, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (LRF);

c) Relação, por ordem cronológica de apresentação, de precatórios judiciais com os respectivos beneficiários, citando quais foram pagos e os que não foram pagos, até o final do exercício.

d) Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos.

III - pela Secretaria Municipal de Tributação - SEMUT, até 31 de dezembro de 2024:

a)os Demonstrativos da Dívida Ativa Tributária por Natureza de Débito e a posição final do estoque em 31 de dezembro de 2024

b).relação das baixas da Dívida Ativa ocorridas no exercício de 2024, segregadas da seguinte forma: baixas pelo recebimento; baixas pelos abatimentos ou anistias previstas legalmente; e baixas pelo cancelamento administrativo ou judicial da inscrição.

c) relação dos valores inscritos em dívida ativa que apresentam grande probabilidade de conterem em seu escopo créditos que não se realizarão, conforme o contido no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, aprovado pela STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018.

d) relatório informando o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Município, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, bem como, as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições e as ações de recuperação de créditos na instância administrativa e judicial, nos termos do §1º art. 5º, da Resolução nº 012/2016 de 14 de junho de 2016 do Tribunal de Contas do Estado – TCE/RN e o disposto no art. 58, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (LRF).

IV.- pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, até 20 de dezembro de 2024:

a).relação dos bens patrimoniais móveis de propriedade do Município e adquiridos em 2024, segregados por Secretarias, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, impressa e em

arquivo texto digital;

Parágrafo único: todos os bens móveis adquiridos e liquidados em 2024 deverão compor o patrimônio do Município mesmo que os processos de pagamento não estejam concluídos.

b).relação dos bens móveis municipais alienados e/ou baixados, assim como, dos incorporados ao Patrimônio Municipal, independente da execução orçamentária, no exercício de 2024;

c) relação dos bens imóveis de propriedade do município, em 31 de dezembro de 2024, com a indicação de sua utilização fazendo, ainda, constar seus valores de avaliação ou reavaliação, impressa e em arquivo digital de texto.

V - pela Secretaria de Chefia do Gabinete do Prefeito:

a).demonstrativo que apresente o valor do excesso de arrecadação ao final do exercício, por natureza de receita e fonte de recursos, e o confronto deste possível excesso com o valor dos créditos adicionais abertos no exercício, usando essa natureza de recurso para sua cobertura;

b) cópia de todas as leis, decretos e/ou portarias de créditos orçamentários adicionais, abertos e/ou remanejados durante o exercício financeiro 2024, em arquivo digital no formato PDF.

Art. 8º Até 31 de dezembro de 2024, todas as Unidades Orçamentárias da Administração Direta e Indireta remeterão à Controladoria Geral do Município-CGM, os inventários de estoques dos materiais em almoxarifado, discriminando os itens com seus valores unitários e totais existentes.

Art. 9º Até 31 de dezembro de 2024, a Câmara Municipal de Macaíba deverá encaminhar à Contabilidade Geral do Município:

I - Toda documentação necessária ao preenchimento do REEO e RGF 2024, além das demais demonstrações para o Balanço Anual;

II - Certidão enumerando leis complementares e ordinárias, decretos legislativos e resoluções aprovados no exercício, de modo a indicar número, objeto, datas de sanção, de promulgação e de publicação.

Art. 10. Os responsáveis pelas Secretarias, Fundos e Autarquia Municipal deverão planejar suas despesas continuadas, providenciando documentação necessária para renovação até 16 de dezembro de 2024, isto se houver interesse mútuo da renovação dos contratos que têm vigência até 31/12/2024.

Art. 11. Os responsáveis pelas Unidades Gestoras e Orçamentárias da Administração Direta e Indireta que não cumprirem os prazos estabelecidos neste Decreto, terão suas contas bloqueadas até regularizarem todas as pendências, sem prejuízo de aplicação das sanções legais aos respectivos responsáveis.

Art. 12. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Macaíba/RN, 30 de outubro 2024

EDIVALDO EMÍDIO DA SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

(* Republicado por incorreção, tendo em vista erro material (Publicação anterior: DOMM nº 1574; 30/10/2024; página 1);

EXTRATOS**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2023
PROCESSO DE DESPESA Nº 6605/2023****CONTRATO Nº: 042/2024**

Objeto: Constitui objeto do primeiro termo aditivo de prazo ao contrato nº 042/2024, destinado à **EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO, DRENAGEM SUPERFICIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA RUA PEDRO BARBOSA LOCALIZADA NO BAIRRO BELA MACAÍBA, NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN;**

Contratada: LA ENGENHARIA E LOCAÇÕES LTDA;

CNPJ: 24.621.931/0001-75;

Execução: 20/09/2024 a 19/12/2024

Vigência: 19/11/2024 a 17/02/2025

Fundamentação Legal: artigo 57, § 1º, inc. II da Lei nº 8.666/93.

Data de assinatura: 17 de setembro de 2024.

Assina pelo Município: Reginaldo Vitor de Oliveira Aguiar – Secretário Municipal de Infraestrutura e Defesa Civil;

Assina pela Empresa: José Luiz da Silva Andrade – Representante Legal.

**EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2023
PROCESSO DE DESPESA Nº 6601/2023****CONTRATO Nº: 001/2024**

Objeto: Constitui o segundo termo aditivo de prazo de vigência e execução ao contrato nº 001/2024, destinado à execução dos **SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O FUNCIONAMENTO DA SEDE DO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR;**

Contratada: **CARVALHO CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA;**

CNPJ: 22.318.474/0001-19;

Execução: 19/10/2024 a 19/03/2025

Vigência: 18/12/2024 a 18/05/2025

Fundamentação Legal: artigo 57, § 1º, inc. II da Lei nº 8.666/93.

Data de assinatura: 17 de outubro de 2024.

Assina pelo Município: Edivaldo Emídio da Silva Júnior - Prefeito Municipal

Assina pela Empresa: Francisco Helio Lopes de Carvalho Filho – Representante Legal.

**EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2023
PROCESSO DE DESPESA Nº 1375/2023****CONTRATO Nº: 037/2024**

Objeto: Constitui objeto do terceiro termo aditivo de prazo ao contrato nº 037/2024, destinado à **EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM SUPERFICIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA COMUNIDADE DE MATA VERDE NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN;**

Contratada: CONSTRUTORA ASSU LTDA;

CNPJ: 07.126.573/0001-05;

Execução: 30/10/2024 a 28/01/2025

Vigência: 26/01/2025 a 26/04/2025

Fundamentação Legal: artigo 57, § 1º, inc. IV da Lei nº 8.666/93.

Data de assinatura: 28 de outubro de 2024.

Assina pelo Município: Reginaldo Vitor de Oliveira Aguiar – Secretário Municipal de Infraestrutura e Defesa Civil;

Assina pela Empresa: José Macio Barbosa – Representante Legal.

PORTARIAS**PORTARIA Nº 067/2024**

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 167/2024

O Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de Macaíba/RN, vem, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1655, de 18 de junho de 2013, e o Decreto Municipal nº 1722, de 16 de maio de 2014, e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Processo de Despesa Nº 3904/2024, celebrado entre a Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de Macaíba/RN e a pessoa física Valeria Fabiana de Azevedo Medeiros, inscrita sob o CPF: nº 017.910.734-84, cujo objeto é locação de imóvel para funcionamento do almoxarifado para atender as demandas da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS).

I – MARÍLIA BARBOSA DE MACEDO MACHADO, Matrícula nº 1019658-1, na qualidade de Gestora do Contrato;

II – JOSÉ LUCAS OLIVEIRA MEDEIROS, Matrícula nº 1115405-2, na qualidade de Fiscal Técnico;

Art. 2º Para efeito desta Portaria considera-se:

I - Gestor: servidor (membro ou administrativo) designado para coordenar e comandar o procedimento da fiscalização da execução contratual;

II - Fiscal Técnico: servidor (membro ou administrativo) designado para auxiliar o Gestor quanto à fiscalização do objeto do contrato;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 18 de outubro de 2024.

Macaíba/RN, 04 de novembro de 2024.

Eriberto Freire Tomaz

Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Portaria 202/2024

PORTARIA Nº 110/2024, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL(IS) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 149/2024.

O Secretário Municipal de Saúde do Município de Macaíba/RN, vem, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1655, de 18 de junho de 2013, e o Decreto Municipal nº 1722, de 16 de maio de 2014, e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE

Art. 1º. Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas na Ata de Registro de Preço nº 149/2024, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a empresa **CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 42.591.738/0001-10, cujo objeto é aquisição de Medicamentos para uso na Atenção Básica.

I – CARLOS FRANK PRUDENCIO BEZERRA, matrícula nº 103454, na qualidade de Gestor do Contrato;

II – LUEICKSON PEREIRA DA SILVA- matrícula nº 113261, na qualidade de Fiscal Técnico/Administrativo/Setorial;

III – ELOISE CAROLINE BESERRA DE SOUSA - matrícula nº 1111183, na qualidade de Fiscal

Técnico Substituto;

Art. 2º. Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestor do Contrato: servidor (membro ou administrativo) designado para coordenar e comandar o procedimento da fiscalização da execução contratual;

II - Fiscal Técnico: servidor (membro ou administrativo) designado para auxiliar o Gestor do Contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato;

III - Fiscal Administrativo: servidor (membro ou administrativo) designado para auxiliar o Gestor do Contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas;

IV - Fiscal Setorial: servidor (membro ou administrativo) designado para auxiliar o Fiscal do Contrato, junto ao local de execução do contrato, quanto à fiscalização dos aspectos técnicos ou administrativos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a 19 de Setembro de 2024, e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver

Macaíba, 04 de Novembro de 2024.

Francisco Júnior do Rêgo
Secretário Municipal de Saúde

EXPEDIENTE

DOMM - Diário Oficial Eletrônico
do Município de Macaíba (Lei Nº 1921/2018)
é uma publicação da Prefeitura Municipal de Macaíba.
Site: www.macaiba.rn.gov.br

Jornalista responsável:
Flávia Urbano de Andrade
Edição, Diagramação e Distribuição:
ASSECOM - Assessoria de Comunicação de Macaíba
Email: assecom@macaiba.rn.gov.br

ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO

PODER LEGISLATIVO

Denilson Costa Gadelha

Presidente

Erika Patrícia Emídio da Silva

Vice-Presidente

Aluizio Silvio Soares

1º Secretário

João Maria de Medeiros

2º Secretário

Ana Catarina Silva Borges Derio

Igor Augusto Fernandes Targino

Ismarleide Fernandes Duarte

Jailson Alves de Brito

Jefferson Stanley da Silva

José Aroldo da Silva Costa

José da Cunha Bezerra Macedo

Luiz Gonzaga Soares

Maria do Socorro de Araújo Carvalho

Marijara Luz Ribeiro Chaves

Ricardo Francisco da Silva

Rita de Cássia de Oliveira Pereira

Silvanio Tafarel de Moura Bezerra

PODER JUDICIÁRIO

1ª Vara Cível da Comarca de Macaíba/RN

Dr. Wiltemburgo Gonçalves de Araújo

Secretaria 3271-3253

2ª Vara da Família da Comarca de Macaíba/RN

Dr. Rivaldo Pereira Neto

Secretaria 3271-3797

3ª Vara Criminal

Dr. Diego Costa Pinto Dantas

Secretaria 3271-5074

Juizado Especial Cível e Criminal

Dra. Josane Peixoto Noronha

Secretaria 3271-5076

MINISTÉRIO PÚBLICO

1ª Promotoria

Dra. Iveluska Alves X. da Costa Lemos

3271-6841

2ª Promotoria

Dra. Gerliana Maria Silva Araújo Rocha

3ª Promotoria

Dra. Rachel Medeiros Germano

4ª Promotoria

Dra. Lara Maia Teixeira de Moraes

Dr. Felipe Luiz Machado Barros

Secretaria 3271-5074

WWW.MACAIBA.RN.GOV.BR